



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

## **Problemas econômicos, sociais e culturais ao desenvolvimento turístico sustentável<sup>1</sup>**

André Fontan Köhler<sup>2</sup>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP)

### **Resumo**

O artigo analisa padrões atuais de desenvolvimento presentes em diversos destinos turísticos, a fim de identificar os principais problemas ao desenvolvimento turístico sustentável. Apresenta-se ampla revisão de literatura, com análise e discussão sobre recursos comuns e tragédia dos condôminos, limites à participação comunitária, problemas culturais e danos ambientais provocados pelo turismo, entre outros pontos. As experiências pesquisadas demonstram a necessidade de participação ativa da comunidade local e forte regulação pública como pré-requisitos ao desenvolvimento sustentável de destinos turísticos.

**Palavras chaves:** Turismo sustentável; participação comunitária; recursos comuns; regulação pública.

### **1. Introdução.**

A discussão sobre desenvolvimento sustentável baseia-se no reconhecimento do desenvolvimento como fator essencial para suprir elementos necessários à vida das pessoas, ao mesmo tempo em que se preocupa em conservar condições para sustentar esse desenvolvimento no futuro.

A definição de desenvolvimento sustentável da World Commission on the Environment and Development (WCED), da Organização das Nações Unidas (ONU), reflete a preocupação em conciliar crescimento econômico, no sentido de alcançar eficiência econômica na utilização dos fatores de produção, com a equidade entre grupos sociais presentes na sociedade atual (intrageneracional) e entre as gerações presentes e futuras (intergeracional). Como coloca a WCED: “[Sustainable development is] Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own need.” TOSUN, 2001, p. 290).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Professor assistente ref. MS-2 do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, lecionando as disciplinas ‘Economia do lazer e turismo’ e ‘Impactos sócio-econômicos do lazer e turismo.’ Possui interesses em pesquisa nas seguintes áreas: ‘Economia do lazer e turismo,’ ‘Formulação e avaliação de políticas públicas de cultura e turismo’ e ‘Turismo cultural: autenticidade, sustentabilidade e participação comunitária.’ Email: [afontan@usp.br](mailto:afontan@usp.br).



Os anos 1990 assistiram a um aumento de interesse pelo tema “desenvolvimento sustentável” na literatura sobre turismo, com a proliferação de conceitos sobre turismo sustentável<sup>3</sup>. McKercher, com base em estudos de caso na Austrália, afirma que a falta de uma definição clara sobre esse conceito faz com que o *trade* turístico e movimentos conservacionistas australianos advoguem propostas de desenvolvimento sustentável conflitantes entre si, agravando as diferenças entre os interessados no desenvolvimento e na conservação das atrações naturais nacionais (GARROD; FYALL, 1998).

Butler fornece uma definição abrangente, que consegue captar as principais características do desenvolvimento turístico sustentável:

[...] sustainable development in the context of tourism could be taken as: tourism which is developed and maintained in an area (community, environment) in such a manner and at such a scale that it remains viable over an indefinite period and does not degrade or alter the environment (human and physical) in which it exists to such a degree that it prohibits the successful development and well-being of other activities and processes. That is not the same as sustainable tourism, which may be thought of as tourism which is in a form which can maintain its viability in an area for an indefinite period of time. (TOSUN, 2001, p. 290).

A partir da necessidade de países, regiões e cidades de desenvolver formas de turismo sustentável em seus territórios, serão aqui analisados alguns problemas do padrão atual de desenvolvimento turístico presente em diversos destinos turísticos do mundo, com ênfase em duas questões: a participação, ou falta de participação, dos habitantes locais em processos de desenvolvimento turístico, e a incapacidade do *trade* turístico, por si só, de promover formas equilibradas e sustentadas de desenvolvimento turístico.

## **2. Recursos comuns e a tragédia dos condôminos.**

Muitas atrações turísticas constituem exemplos de recursos comuns (*common pool resources*), sendo utilizadas por habitantes locais e turistas de forma concorrente. As atrações turísticas cujo consumo e utilização não incorrem em custos ao *trade* turístico, ou aos turistas de forma

---

<sup>3</sup> Garrod e Fyall (1998) apresentam oito definições de turismo sustentável presentes na literatura, bem como uma discussão sobre como implementar este conceito na prática.



individual, são bons exemplos de recursos comuns, onde não há incentivos na manutenção ou desenvolvimento dessas atrações por parte de seus usuários.

O recurso comum é um tipo de bem ou serviço caracterizado por ser não excludente, ou seja, não é possível excluir pessoas de seu consumo, porém rival, na medida em que o consumo por parte de um usuário, a partir de determinado ponto, reduz a utilidade de consumo por parte de outros usuários (BRIASSOULIS, 2002). Tratam-se, em nosso caso, de atrações turísticas de livre acesso, mas que apresentam problemas de capacidade e congestão a partir de certo número de visitantes.

A utilização de recursos comuns gera o problema econômico denominado “tragédia dos condôminos.” Como os usuários não arcam com os custos sociais e econômicos advindos do consumo de um bem, e não há meios de excluir outros usuários desse processo, há o incentivo para aproveitar ao máximo o bem ou atração em questão, com a finalidade de maximizar a utilidade individual proveniente desse consumo (VARIAN, 2003).

Não há incentivos para consumir menos da atração, já que ela está disponível ao consumo de todos. A decisão de um consumidor em não consumir acarreta no aumento da utilidade individual de outros usuários, e pode não gerar nenhum benefício ao recurso comum, já que outros usuários podem aumentar seu nível de consumo em resposta. Da mesma forma, nenhum usuário tem incentivos para investir na manutenção do recurso comum, pois todos os outros consumidores se beneficiariam igualmente desse investimento.

A praia é um bom exemplo de recurso comum. No Brasil, pelos menos teoricamente, ela é um espaço público, sendo intolerável a proibição de acesso. Em diversos destinos turísticos, ela é consumida por turistas e habitantes locais de forma concorrente, como espaço de relaxamento, recreação e interação social. A partir de determinado número de frequentadores, a utilidade individual do consumo da praia diminui com a entrada de novos usuários, em virtude de problemas como congestionamento, falta de espaço na areia, poluição visual e sonora, entre outros.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

A caracterização de algumas atrações turísticas como recursos comuns faz com que mesmo o *trade* turístico, que depende dessas atrações para atrair turistas ao destino, acabe por não investir em sua manutenção. Trata-se da base para a famosa frase, “O turismo destrói as atrações necessárias a seu próprio desenvolvimento.” Para aprofundar os conceitos de recurso comum e tragédia dos condôminos, pode-se utilizar o exemplo da Igreja dos Santos Cosme e Damião em Igarassu, Estado de Pernambuco, mais antiga igreja remanescente do Brasil e monumento visitado por turistas em passeios ofertados por agências de turismo receptivo.

A Igreja dos Santos Cosme e Damião é explorada por diversas agências de turismo receptivo pernambucanas, que visitam o monumento no passeio à Ilha de Itamaracá, e paraibanas, a caminho das cidades do Recife e Olinda. Ela encontra-se em bom estado de conservação, mas apresenta problemas em alguns elementos artísticos, como as talhas barrocas do altar principal, e sofre com a falta de controle sobre os turistas que a visitam. Diversos integrantes do *trade* turístico pernambucano – agências de turismo receptivo, guias de turismo e hoteleiros, entre outros – reclamam que a igreja está degradando-se, e que ninguém faz nada a respeito.

Apesar de a igreja ser uma atração turística importante, nenhuma agência de receptivo contribui com recursos para serviços de conservação do monumento. Sendo um recurso comum, com entrada gratuita, não há meios de impedir que alguém visite a edificação, ou que outras agências de receptivo utilizem-na dentro de seus roteiros turísticos. Em alguns dias, há congestionamentos dentro da igreja, quando dois ou mais grupos de excursão visitam-na ao mesmo tempo.

Caso uma agência de turismo receptivo, como a MARTUR, decida investir recursos na conservação das talhas barrocas do altar principal do monumento, por exemplo, esses gastos teriam que ser compensados com uma maior tarifa no passeio à Ilha de Itamaracá, a não ser que a empresa aceitasse destinar parte de seu lucro para tais serviços; nesse caso, esse investimento assumiria uma natureza filantrópica. Ao mesmo tempo, todas as outras agências de receptivo, como a LUCK Receptivo, a SEVAGTUR e a Asa Branca Turismo, seriam beneficiadas com a recuperação de elementos artísticos do monumento, sem a necessidade de investir um único centavo na igreja.



Esse aumento de preço no passeio à Ilha de Itamaracá levaria a MARTUR a correr o risco de perder mercado para agências de receptivo concorrentes, que nada investiriam, mas que se beneficiariam do restauro, além de conseguir praticar menores preços de mercado. O ponto principal da tragédia dos condôminos, nesse caso, é que caso alguma empresa decida investir no monumento, ela é prejudicada, por arcar sozinha com os custos e não conseguir impedir que seus concorrentes beneficiem-se da mesma forma.

Esse problema poderia ser resolvido caso todas as agências de receptivo concordassem em investir de forma idêntica na conservação da igreja, ou de forma proporcional ao tamanho e faturamento. O problema é que, caso apenas uma empresa decida não investir, ela conseguirá beneficiar-se do investimento feito pelas outras, diminuindo seu preço ou tendo uma margem de lucro superior. Isso incentiva um comportamento *free rider*, ou seja, há forte incentivo para que cada empresa aguarde que as outras invistam no monumento. No final das contas, caso não haja nenhum tipo de regulamentação pública, todas as empresas aguardam e nenhuma realiza investimentos na Igreja dos Santos Cosme e Damião, independentemente da importância do monumento na oferta turística pernambucana e dentro do roteiro que leva à Ilha de Itamaracá.

Há diversos casos que demonstram que o *trade* turístico é incapaz de reverter processos de deterioração de atrações responsáveis por atrair turistas ao destino, sendo muitas vezes os responsáveis pelo processo. O Lago Tahoe foi poluído, e teve sua fauna e sua flora devastadas, pelos esgotos produzidos pelos hotéis localizados em seu entorno, que dependiam do lago para atrair turistas. As barreiras de corais de Barbados, no Caribe, também estão sendo destruídas pelos esgotos sem tratamento adequado jogados ao mar pelos complexos turísticos, que dependem de um meio ambiente prístino para receber visitantes. O hábito nativo de recolher plantas e peixes para vender aos turistas colabora para deteriorar as barreiras de corais dessa ilha (URRY, 2002).

A presença de fontes termais e uma paisagem considerada das mais bonitas do país geraram um desenvolvimento turístico acelerado em Pamukkale, na região da Capadócia, Turquia, em meados dos anos 1980. A abertura de diversos meios de hospedagem e crescente fluxo



turístico arruinaram grande parte das atrações que sustentavam o turismo na região. A extração de água termal de fontes subterrâneas por hotéis e pousadas, bem como a utilização de vales e caldeirões para o depósito do lixo sólido produzido nesses equipamentos, gerou erosão e contaminação do lençol freático da região, colocando desafios para a manutenção da atividade turística no longo prazo (TOSUN, 2001).

### **3. Limites à participação comunitária no desenvolvimento turístico.**

Em muitos países subdesenvolvidos, o turismo é um negócio controlado por interesses externos, na forma de grandes cadeias hoteleiras e operadoras de turismo multinacionais situadas em países desenvolvidos (TOSUN, 2001). Em alguns países, essas empresas multinacionais controlam o fluxo de visitantes, a hospedagem e a programação de atividades, e até mesmo os crivos de interpretação de atrações e elementos da cultura local, em uma espécie de monopólio da experiência turística.

Esse controle externo do fluxo turístico ocorre também entre regiões de um mesmo país. As áreas menos desenvolvidas de países como México, Brasil, Indonésia e Turquia, por exemplo, têm seu desenvolvimento turístico guiado por empresas sediadas em regiões mais desenvolvidas do país.

A hegemonia de atores externos na promoção do turismo deve-se, em geral, à persistente falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para desenvolver propostas de exploração em países e regiões menos desenvolvidos (TOSUN, 2000). A necessidade de desenvolver infraestrutura básica, como aeroportos, estradas e sinalização turística, e equipamentos como hotéis, pousadas e restaurantes, obriga países e regiões pobres a fomentar a vinda de empresas estrangeiras e contrair empréstimos externos, para implantar obras de infra-estrutura, promover o destino turístico e importar conhecimento, na forma de consultores externos e trabalhadores estrangeiros.

Nash (1989) argumenta que os destinos turísticos sujeitam-se às demandas dos centros emissores, que têm o poder de definir as atividades realizadas no destino. Nesse sentido, o autor argumenta que o desenvolvimento turístico consiste em uma forma de imperialismo, no



qual os interesses dos países desenvolvidos impõem-se sobre os países subdesenvolvidos, a partir de relações políticas e econômicas. A face mais visível desse tipo de imperialismo é a criação de áreas turísticas; a Costa do Sol, na Espanha, não pode ser compreendida sem se levar em conta os interesses dos governos, do *trade* turístico e dos turistas do norte da Europa.

De acordo com Tosun (2001), há evidências que demonstram que as empresas multinacionais são as principais responsáveis pela promoção e direcionamento do desenvolvimento do turismo na Turquia, e que os investimentos em promoção turística do governo nacional têm um impacto pequeno sobre o fluxo de turistas que visitam o país. Números da Economic Intelligence Unit mostram que mais de 55% de todos os turistas estrangeiros que visitam a Turquia compram um pacote *all inclusive*<sup>4</sup>. A mesma fonte aponta que 60% de todos os turistas estrangeiros chegam ao país através de grandes operadoras turísticas internacionais.

Crystal (1989) aponta que o desenvolvimento turístico de regiões como Bali, Java, Sumatra e Toraja foram iniciativas do governo central, aliado a grandes cadeias hoteleiras, operadoras de turismo e companhias aéreas internacionais, dentro da estratégia de gerar recursos externos à modernização do país, a partir do início dos anos 1960. As comunidades de regiões transformadas em produtos turísticos não tiveram o poder de decidir se queriam ou não participar, ou de que forma se daria o desenvolvimento.

A exploração turística em Toraja é desenvolvida por atores externos à comunidade: os turistas vêm à Indonésia através de grandes operadoras internacionais, compram passeios a Toraja através de agências de receptivo sediadas em Jakarta, hospedam-se em Makasar, capital da província, e são acompanhados por guias procedentes de várias regiões do país. A população local acha que o turismo em Toraja possibilita altos lucros a empresas sediadas em Jakarta, e quase nada à comunidade de Toraja, onde se desenvolve a atividade (CRYSTAL, 1989).

Desenvolvido por elementos externos à comunidade, o turismo levou à perda de elementos culturais importantes de Toraja. O fomento ao turismo não foi acompanhado por uma política de preservação e resguardo do patrimônio local. O caso mais emblemático são os *tau-tau*,

---

<sup>4</sup> Pacote de viagens que inclui passagens aéreas, traslados, pensão completa e passeios de receptivo.



estátuas funerárias que reproduzem antepassados dos habitantes, valorizadas pela população local e formalmente reconhecidas como patrimônio cultural do país pelo governo nacional.

O aumento do fluxo turístico, em meados dos anos 1970, provocou a perda de muitos *tau-tau* em diversos sítios históricos de Toraja. Diversas estátuas foram queimadas, destruídas ou mutiladas por turistas, como parte de suas “experiências de viagem.” Muitas foram roubadas por colecionadores europeus e americanos, impressionados por sua beleza. Em 1985, muitos *tau-tau* já eram vendidos por US\$ 6,000.00 em Los Angeles, Estados Unidos da América.

Em sítios históricos como Londa, todas as estátuas já tinham sido destruídas ou saqueadas em meados dos anos 1980, e em Santelmo, principal sítio histórico de toda a região, diversos *tau-tau* desapareceram. A pena máxima aplicada para ladrões de *tau-tau*, até meados dos anos 1980, havia sido de apenas três meses de prisão. Crystal (1989) aponta que o desenvolvimento de infra-estrutura e fomento ao turismo, sem uma política governamental clara e efetiva de preservação e resguardo do patrimônio cultural local, provocou a perda irreversível de artefatos e manifestações culturais importantes à população.

Hale (2001), analisando o desenvolvimento turístico e as representações em torno do patrimônio cultural na região de Cornwall, Inglaterra, afirma que os habitantes locais sempre consideraram as atividades ligadas ao turismo um domínio de “estrangeiros” – nesse termo, incluem-se outros habitantes do Reino Unido. A maior parte dos negócios turísticos é de propriedade de pessoas de fora da região, e a administração de postos de informação turística e edificações históricas, eventos e festivais culturais e centros de interpretação patrimonial, que são atrações turísticas, é feita por entidades sediadas em Londres, como o National Trust e o English Heritage. Dessa forma, os habitantes locais sentem-se excluídos dos benefícios do turismo, da interpretação da cultura local e do controle do fluxo de visitantes.

A distribuição de um panfleto em um evento no Restormel Castle, organizado pelo English Heritage em 1999, ilustra bem o repúdio da população local à interpretação turística de elementos da cultura local feita por entidades sediadas em outras partes do Reino Unido:



English Heritage under the watchful eye of English propagandists, carry out their own form of HOLOCAUST DENIAL in order to remove the Cornish dimension from British history. You will not have read about these events before because, like so many aspects of history that show England in a less than flattering light, they are removed from school textbooks by the English National Curriculum's politically controlled culture policy. By presenting faked historical accounts Anglo-extremists can reinforce belief in English monarchical perfection and project a virtuous image of the English state religion. Yet it is a dangerous game for such measures fuel the fires of belligerent English nationalism. (HALE, 2001, p. 190).

A atividade turística em diversas regiões do Brasil é controlada por interesses radicados fora delas. A secretária municipal de turismo de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, afirmou que o turismo na cidade não gera praticamente nada à população local. A maior parte dos turistas chega à cidade em ônibus de turismo fretados por operadoras como a CVC Viagens e a TAM Viagens, visitam o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos e compram lembranças e artigos religiosos nas lojas ao redor do monumento, de propriedade de comerciantes do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>5</sup>.

A secretária municipal aponta como principal problema o controle da quase totalidade do fluxo turístico por operadoras de turismo, que não se preocupam em levar os turistas a outros pontos de interesse da cidade, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ou de venda de artesanato local. Ela alega que a prefeitura não consegue ter acesso aos turistas nem ao menos para distribuir o material promocional da cidade, dado o controle exercido pelos guias de turismo das agências de receptivo que trabalham para as grandes operadoras turísticas. Não por acaso, Brito (2002) aponta que o patrimônio ainda não é visto como um recurso efetivo para o desenvolvimento local por parte dos habitantes de Congonhas do Campo, ao contrário do que acontece em outras cidades classificadas como patrimônio mundial pela UNESCO, como Diamantina e Goiás.

A alienação da população local no que tange ao desenvolvimento turístico é recorrente nos países subdesenvolvidos. Entre vinte e cinco planos de desenvolvimento turístico pesquisados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), apenas um contemplava a participação popular por meio de consultas a residentes em áreas turísticas, em Sri Lanka. Entretanto, a

<sup>5</sup> Diálogo ocorrido no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em São Paulo, no início de junho de 2005.



implantação do plano não efetivou esta proposta de participação local, que existiu apenas no papel (TOSUN, 2000).

#### **4. Sustentabilidade e estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento turístico.**

Em muitos casos, governos nacionais e regionais estabelecem planos e estratégias para desenvolver destinos turísticos, sem se preocupar em envolver ou consultar a população local sobre o processo, ou sobre as conseqüências a médio e longo prazo sobre esse destino. Um dos casos mais interessantes nesse sentido ocorreu na República do Chipre, no início dos anos 1990, quando o governo central estabeleceu um plano para fomentar atividades de ecoturismo e turismo alternativo na Península de Akamas, região periférica e subdesenvolvida do país. Para isso, foram contratados consultores nacionais e estrangeiros para desenvolver o chamado Blue Plan, que contou com a participação do Banco Mundial, United Nations Development Program, European Investment Bank e Commission of the European Communities (IOANNIDES, 1995).

A população local foi excluída das discussões, por ser considerada inapta a opinar sobre a proposta de desenvolvimento turístico na própria região em que vive. Um dos planejadores responsáveis pelo Blue Plan afirmou que apenas técnicos treinados estariam aptos a pensar propostas de turismo sustentável para a península. Sobre a participação local, disse: “If we leave it for the community to decide what’s best, all we’ll have is chaos.” (IOANNIDES, 1995, p. 590).

O Blue Plan visava criar reservas naturais na Península de Akamas, inclusive em extensas áreas do litoral, impedir a construção de hotéis de médio e grande porte e fomentar as atividades tradicionais da região, como a produção de mel e leite de cabra e ovelha. O desenvolvimento projetado era de baixa escala, com a previsão de disponibilizar 500 leitos para 10.000 turistas anuais em 2010. A população local considerou a proposta ruim para eles, pois restringia a atividade turística na península e, na visão deles, mantinha-os em um estágio



atrasado só para o fascínio e divertimento de turistas oriundos de outros países e de regiões desenvolvidas da República do Chipre<sup>6</sup>.

As pressões dos habitantes locais e proprietários de terras na Península de Akamas fizeram com que o Blue Plan não fosse implantado. Por exemplo, o bispo de Paphos, representante da Igreja do Chipre na península, detentora de 10% de todas as terras em Akamas, deixou claro que não seria difícil congregiar os habitantes locais a fazer uma demonstração contra o governo nacional, e, caso necessário, “estragar” todas as terras de propriedade da igreja.

Além do Blue Plan não ter sido implantado, as discussões e polêmicas sobre o plano atraíram a atenção de vários turistas nacionais e estrangeiros, que passaram a frequentar a Península de Akamas em busca de algo diferente do que é encontrado no restante da República do Chipre. De acordo com Ioannides (1995), isto vem acarretando diversos problemas ao patrimônio natural e cultural da região.

A falta de informações sobre a atividade turística é outro obstáculo à participação da comunidade nesse processo. Tosun (2000) argumenta que o Ministério do Turismo e órgãos ligados à autorização e concessão de incentivos a empreendimentos turísticos não são acessíveis à maior parte da população residente em destinos turísticos da Turquia, mas atendem com primazia às elites econômicas nacionais e investidores estrangeiros.

As políticas públicas de países em desenvolvimento baseiam-se, de forma geral, no fomento ao turismo de massa, dentro da necessidade de gerar recursos externos para financiar projetos de modernização nacional ou equilibrar o balanço de pagamentos. Isso faz com que órgãos públicos de turismo meçam o desempenho do setor e o grau de sucesso da intervenção governamental através de indicadores como número de empregos diretos e indiretos gerados, impacto no crescimento econômico nacional e número de turistas internacionais em visita ao

---

<sup>6</sup> O padrão de desenvolvimento turístico das áreas litorâneas da República do Chipre era visto, pelos habitantes de Akamas, como principal responsável pela riqueza e desenvolvimento presente nestas áreas. Trata-se de um modelo baseado no turismo de massa, a partir do composto “sol, mar e praia.”

Outro ponto de conflito é que na mesma época em que foi elaborado o Blue Plan, o governo nacional estudava propostas de criar campos de golfe para fomentar o turismo em outras regiões da República do Chipre, apesar dos crônicos problemas de falta d’água do país.



país (TOSUN, 2001). Em países com grande mercado turístico doméstico, como Brasil, Índia e Rússia, o aumento do turismo doméstico também é importante.

A criação de enclaves turísticos é uma alternativa de política pública presente em diversos países subdesenvolvidos, como, por exemplo, o México. Cancún, uma pequena aldeia de pescadores até 1967, foi desenvolvida como um complexo planejado de hotéis e outros empreendimentos voltados ao mercado turístico internacional, contando hoje com mais de dez mil quartos e 2,3 milhões de turistas por ano (PICK; HETTRICK; BUTLER, 2001).

Cumprе ressaltar que um enclave turístico não consiste apenas em um conjunto de resorts e hotéis de alto padrão, mas de uma área onde todo o consumo turístico é planejado e controlado. De forma geral, a implantação de enclaves turísticos por órgãos governamentais envolve a remoção da população local e o controle do acesso à zona de desenvolvimento turístico por parte de turistas, trabalhadores e habitantes locais.

A criação de enclaves turísticos voltados ao mercado turístico internacional continua sendo uma das prioridades da política econômica e turística mexicana. O projeto Bahías de Huatulco, mais recente complexo turístico criado pelo governo federal no litoral mexicano, prevê a criação de trinta mil quartos de hotel e dois milhões de turistas anuais até 2018, quando estiver completamente implantado (PICK; HETTRICK; BUTLER, 2001). A pequena cidade que existia na área do atual complexo foi literalmente obliterada, e os habitantes removidos para uma vila recém construída pelo governo mexicano. Coincidência ou não, ela localiza-se atrás de uma colina, não sendo visível aos turistas que se hospedam nos hotéis do novo complexo.

Paiva (1995) aponta que muitos desses enclaves turísticos geram poucos benefícios à população local, já que os mais importantes equipamentos e serviços turísticos são controlados por empresas estrangeiras. Citando o caso do México, ela diz que os benefícios à população local são ainda mais reduzidos, em virtude das empresas internacionais empregarem trabalhadores estrangeiros. Tosun (2001) aponta que a possibilidade da indústria turística ter até 20% de seu corpo funcional composto por estrangeiros representa uma das fontes de exclusão da população local dos benefícios gerados pelo turismo na Turquia. De



acordo com esse autor, os cargos mais importantes e melhor remunerados são ocupados por estrangeiros, sobrando aos habitantes locais trabalhos braçais e mal remunerados.

Ioannides (1995) aponta que a política de desenvolvimento turístico da Costa Rica restringe as oportunidades de participação das comunidades locais. As leis de incentivo a empreendimentos turísticos apóiam equipamentos com padrões mínimos de tamanho, o que exclui pequenos negócios montados por habitantes locais, tornando-os menos competitivos no mercado. A demarcação de reservas ecológicas para a prática de ecoturismo restringe atividades tradicionais da população local nas áreas protegidas, como coleta, caça e pesca, sem que sejam dadas compensações ou possibilidades de ingressar no mercado de trabalho de turismo.

No Brasil, o principal projeto do primeiro PRODETUR/NE em Pernambuco ilustra bem algumas características dos programas e projetos de desenvolvimento turístico em países em desenvolvimento. A criação do Centro Turístico de Guadalupe, uma das ações do Projeto Costa Dourada, pretendia transformar o litoral sul do Estado de Pernambuco no “Caribe brasileiro,” junto com o litoral norte de Alagoas.

O Centro Turístico de Guadalupe previa a criação de uma zona de desenvolvimento turístico entre as praias de Pontal de Sirinhaém e Ponta dos Manguinhos, divisa com o município de Tamandaré<sup>7</sup>. Para isso, pretendia-se deslocar toda a população local da região para áreas próximas ao centro, e atrair grandes investidores internacionais através de incentivos como isenção do imposto de renda e de seus adicionais não restituíveis pelo prazo de dez anos, diferimento do ICMS cobrado na aquisição de máquinas e equipamentos e financiamento de 80% do ICMS devido ao governo estadual nos primeiros quatro anos de funcionamento do empreendimento, com juros de 3% ao ano, e de 70% do ICMS do quinto ao oitavo ano de operação nas mesmas condições (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1999-). De acordo com o projeto, a participação da população local dar-se-ia apenas através do trabalho nos empreendimentos turísticos instalados no centro; ele não contemplava financiamento para a abertura de pequenos negócios, consulta popular, ou qualquer outra forma de participação popular.

<sup>7</sup> O Centro Turístico de Guadalupe compreendia áreas dos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré.



## 5. Considerações finais.

O presente artigo consiste em uma tentativa de contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento turístico sustentável, a partir de dois tópicos principais. O primeiro é a caracterização de muitas atrações turísticas como recursos comuns, fazendo com que a exploração turística dessas atrações sem controle e regulação estatais torne o turismo insustentável a médio e longo prazo. Infelizmente, as experiências internacionais mostram que a máxima “O turismo destrói as atrações necessárias a seu próprio desenvolvimento” ainda é uma realidade, caso não haja efetiva intervenção estatal.

O segundo tópico refere-se às principais características de programas e projetos de desenvolvimento turístico em países em desenvolvimento, que insistem em excluir a população local do processo de discussão, formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento turístico, em basear sua estratégia em propostas de turismo de massa e em recorrer a capitais e conhecimento estrangeiros, na forma de financiamentos externos para investimentos em infra-estrutura, concessão de incentivos à vinda de empresas estrangeiras, contratação de consultores externos e trabalhadores estrangeiros, etc.

Por fim, cabe destacar a importância de um papel ativo do Estado nos processos de desenvolvimentos turísticos, com a finalidade de prover um desenvolvimento turístico sustentável. Miller (2001), a partir da utilização da técnica Delphi, recolheu opiniões de diversos especialistas em turismo sustentável sobre o desenvolvimento dessa atividade. Foram considerados especialistas professores e pesquisadores que tinham publicado, nos dois anos e meio anteriores à pesquisa, artigos sobre esse tema em quatro importantes periódicos de turismo: *Tourism Management*, *Annals of Tourism Research*, *Journal of Sustainable Tourism* e *Journal of Travel Research*.

Esses especialistas indicaram que a indústria deveria ser o grupo mais responsável pelo fomento a práticas de turismo sustentável, mas a incapacidade de auto-regulação e a pouca disposição do *trade* turístico em assumir tal responsabilidade fizeram com que os governos



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

nacionais fossem escolhidos como os atores mais indicados para promover atividades de turismo sustentável.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Costa Dourada**: Centro Turístico de Guadalupe. Recife, 199-.

BRIASSOULIS, Helen. Sustainable tourism and the question of the commons. **Annals of Tourism Research**, v. 29, nº 4, p. 1065-1085, 2002.

BRITO, Marcelo. **Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro**. Comunicação realizada no Seminário Internacional de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos. Brasília: IPHAN, 2002. Mimeografado.

CRYSTAL, Eric. Tourism in Toraja (Sulawesi, Indonesia). In: SMITH, Valene L (Ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 7, p. 139-168.

GARROD, Brian; FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**, v. 19, nº 3, pp. 199-212, 1998.

HALE, Amy. Representing the Cornish: contesting heritage interpretation in Cornwall. **Tourist Studies**, London, v. 1, nº 2, p. 185-196, 2001.

IOANNIDES, Dimitri. A flawed implementation of sustainable tourism: the experience of Akamas, Cyprus. **Tourism management**, v. 16, nº 8, p. 583-592, 1995.

MILLER, Graham. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. **Tourism management**, v. 22, p. 351-362, 2001.

NASH, Dennison. Tourism as a form of imperialism. In: SMITH, Valene L (Ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 2, p. 37-52.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

PECK, John Gregory; LEPIE, Alice Shear. Tourism and development in three North Carolina coastal towns. In: SMITH, Valene L (Ed.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

PICK, James B.; HETTRICK, James; BUTLER, Edgar W. Tourism in Mexico: its development, dependency and spatial patterns. In: BALAS (The business association of Latin American Studies), 2001, San Diego, CA. **Designing the 21<sup>st</sup> century Latin American Organization**. P. 295-305.

TOSUN, Cevat. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. **Tourism management**, v. 21, p. 613-633, 2000.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007*

TOSUN, Cevat. Challenges of sustainable tourism development in the developing world: the case of Turkey. **Tourism management**, v. 22, p. 289-303, 2001.

URRY, John. **The tourist gaze**: leisure and travel in contemporary societies. 2nd ed. London: SAGE Publications, 2002.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.